



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

SAMACHI MORAIS DE SOUZA

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA:
PERMANÊNCIA MATERIAL, SIMBÓLICA E SERVIÇO SOCIAL NA DDS/UNB**

Brasília

2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

SAMACHI MORAIS DE SOUZA

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA:
PERMANÊNCIA MATERIAL, SIMBÓLICA E SERVIÇO SOCIAL NA DDS/UNB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília – Departamento de Serviço Social como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Thaís Kristosch Imperatori

Brasília
2023

SAMACHI MORAIS DE SOUZA

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA:
PERMANÊNCIA MATERIAL, SIMBÓLICA E SERVIÇO SOCIAL NA DDS/UNB**

Brasília, 19/12/2023

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Thaís Kristosch Imperatori
Departamento de Serviço Social – Universidade de Brasília
Orientadora

Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas
Departamento de Serviço Social – Universidade de Brasília
Membro interno

Camila Alvarenga do Rêgo Barros
Diretoria de Desenvolvimento Social – Universidade de Brasília
Membro externo

AGRADECIMENTOS

Eu quero agradecer ao apoio incondicional que recebi de minha mãe Rita Maria Morais de Souza, meu pai Humberto Lopes de Souza (*in memoriam*) e meu irmão Ayrton Morais de Souza. Foi graças ao carinho, suporte e fé que recebi de cada um que pude completar mais essa fase de minha vida. Também quero agradecer aos meus amigos Thainara de Sousa Almeida, Karoline Costa e Ítalo Jordão Santiago Santos por estarem sempre me incentivando durante esta jornada. Também sou grata pelo apoio e ensinamentos que recebi dos meus professores, em especial de minha orientadora Thaís Kristosch Imperatori.

O show deve continuar
O show deve continuar, é
Por dentro, meu coração está se partindo
Minha maquiagem pode estar se desmanchando
Mas o meu sorriso continua no rosto

The Show Must Go On - Queen

RESUMO

A assistência estudantil é de grande importância na permanência de estudantes de graduação em vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior público. No entanto, permanência não pode ser entendida apenas pelo suprimento das condições materiais necessárias para a obtenção do diploma, mas também se refere à experiência acadêmica em seu campo simbólico. O objetivo desta pesquisa é analisar os programas de assistência estudantil oferecidos pela Diretoria de Desenvolvimento Social da Universidade de Brasília e em que medida eles garantem as condições materiais e simbólicas necessárias para a permanência e graduação dos estudantes. Trata-se de um estudo de caso qualitativo, com análise documental baseada nos diários de campo produzidos durante as matérias Estágio em Serviço Social 1 e 2. Conclui-se que a Diretoria tem feito esforços para criar identificação dos usuários da política com a universidade, mas o número limitado de profissionais e alta demanda pelos serviços impedem a expansão dessas iniciativas.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, Permanência Material, Permanência Simbólica, Ensino Superior, Serviço Social

ABSTRACT

Student assistance is of great importance for the retention of socioeconomically vulnerable undergraduate students in public higher education. However, permanence cannot be understood only as providing the material conditions necessary to obtain the diploma, but also refers to the academic experience in its symbolic field. The goal of this research is to analyze the student assistance programs offered by the Social Development Directorate of the University of Brasília and to what extent they guarantee the material and symbolic conditions necessary for students to remain and graduate. This is a qualitative case study, with documentary analysis based on field diaries produced during the Social Work Internship 1 and 2 subjects. It is concluded that the Directorate has made efforts to create identification of policy users with the university, but the limited number of professionals and high demand for services prevent the expansion of these initiatives.

Keywords: Student Assistance, Material Permanence, Symbolic Permanence, Higher Education, Social Work

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1 – Organograma do Decanato de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília.....	33
Gráfico 1 – Percentual de graduandos (as) das IFES, segundo faixas de renda mensal familiar per capita selecionadas, por ano de realização da Pesquisa de Perfil – 1996 a 2018 (em %).....	21
Gráfico 2 – Graduandos (as) das IFES por sexo, segundo faixa etária (em %) – 2018.....	23
Quadro 1 – Síntese dos Programas ofertados pela DDS.....	37
Quadro 2 – Síntese dos Programas Emergenciais ofertados pela DDS durante as aulas remotas.....	39
Tabela 1 – Graduandos (as) e população brasileira segundo Cor ou Raça – 1996 a 2018 (%).....	20
Tabela 2 – Tabela 2 – Aluno regulares registrados nos cursos de graduação, por cota de ingresso e sexo, UnB, 2021 (2º semestre)	24
Tabela 3 – Alunos regulares registrados nos cursos de graduação, por raça/cor autodeclarada e sexo, UnB, 2021 (2º semestre)	25
Tabela 4 – Alunos regulares registrados nos cursos de graduação, por faixa etária e sexo, UnB, 2021.....	26
Tabela 5 – Estudantes atendidos pelos Programas regulares de Assistência Estudantil de 2011 a 2021.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CEU – Casa do Estudante Universitário

DAC – Decanato de Assuntos Comunitários

DDS – Diretoria de Desenvolvimento Social

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo,

Assexuais e outras

MEC – Ministério da Educação

NASPP – Núcleo de Apoio Sócio-Psicopedagógico

ONU – Organização das Nações Unidas

PAS – Programa de Avaliação Seriada

Reuni – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU – Restaurante Universitário

Sisu – Sistema de Seleção Unificado

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	07
1.1 Breve Histórico da Educação Superior Brasileira.....	07
1.2 Breve Histórico da Universidade de Brasília.....	12
1.3 Cronologia da Assistência Estudantil no Brasil.....	15
CAPÍTULO 2 – MUDANÇA NO PERFIL UNIVERSITÁRIO E PERMANÊNCIA.....	20
2.1 Mudança no Perfil do Estudante Universitário Brasileiro.....	20
2.2 Perfil do Estudante de Graduação da UnB.....	24
2.3 Permanência Material e Simbólica.....	26
CAPÍTULO 3 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNB E SERVIÇO SOCIAL NA DDS.....	31
3.1 Experiência de Estágio na DDS.....	31
3.2 Serviço Social na DDS.....	32
3.3 Programas de Assistência Estudantil.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objeto de análise os programas de assistência estudantil da Universidade de Brasília (UnB). Para tanto, problematizam-se as definições de permanência material e simbólica de estudantes na educação superior, enquanto meios para garantir o direito à educação.

O objetivo dessa pesquisa é analisar os programas de assistência estudantil oferecidos pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) da UnB e em que medida eles garantem as condições materiais e simbólicas necessárias para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação. Como objetivos específicos foram estabelecidos:

- Apresentar a trajetória histórica da UnB considerando a evolução da educação superior e da assistência estudantil no Brasil;
- Analisar o perfil dos estudantes universitários brasileiros e da UnB;
- Compreender o funcionamento dos programas de assistência estudantil da UnB, os critérios de acesso e valor dos benefícios; e
- Problematizar a atuação do Serviço Social nas ações de assistência estudantil da UnB.

A inspiração para este trabalho surgiu a partir das experiências acumuladas durante a graduação em Serviço Social. O primeiro contato com a DDS aconteceu durante as disciplinas Pesquisa Social 1 e 2, quando foi realizada uma pesquisa sobre o impacto do reajuste dos preços das refeições oferecidas pelos Restaurantes Universitários (RUs) ocorrido em 2018. Dos estudantes que responderam o questionário da pesquisa, 50% afirmou que o aumento dos preços das refeições afetou seu orçamento familiar em alguma medida. 40% dos respondentes não sofreu impacto por serem beneficiários da assistência estudantil da universidade. Também foi observado o crescimento no número de pedidos de estudo socioeconômico, que dobraram quando são comparados os números do 2º semestre de 2017 e do 1º semestre de 2018 (UnB, 2020, p. 2). Em matéria veiculada pelo Portal Campus Online em junho de 2019, um ano após o reajuste, foi confirmado que o serviço aos alunos atendidos pela assistência estudantil, que têm gratuidade nas refeições, aumentou 15%. A presença dos alunos que não recebem subsídios caiu consideravelmente de acordo com a matéria, o que condiz com a pesquisa realizada.

O segundo contato se deu durante as matérias Estágio em Serviço Social 1 e 2, realizados na Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) da UnB, sob a supervisão da assistente social

Camila Alvarenga do Rego Barros. O primeiro semestre de estágio se estendeu de 08 de março a 02 de julho de 2021, no segundo semestre letivo de 2020. O segundo se desenvolveu de 19 de julho e 05 de novembro de 2021, no primeiro semestre de 2021. Durante esse período, foi possível entender a prática profissional na assistência estudantil da UnB, observando as limitações impostas não apenas pela universidade, mas também pelo contexto da pandemia causada pelo Novo Coronavírus. No período de estágio, foi percebido que a DDS oferece subsídios financeiros para promover a permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, mas em função do curto tempo disponível para a execução dos editais, as assistentes sociais têm pouca disponibilidade para construir ações que possam aumentar a identificação dos estudantes com a universidade. A DDS possui o Núcleo de Apoio Sócio-Psicopedagógico (NASPP), um núcleo de trabalho que tem entre suas funções, atender as demandas dos moradores da Casa do Estudante Universitário (CEU) e melhorar a qualidade de vida dos mesmos. Mas não foi identificada outra ação que atue de forma mais abrangente. Diante disso, a maioria dos serviços se refere a concessão de benefícios em pecúnia, além do acesso à alimentação via Restaurante Universitário (RU).

O TCC se guiou pelas seguintes perguntas:

- Como funcionam os programas de assistência estudantil oferecidos pela DDS?
- Qual é a importância da permanência material e simbólica e como elas afetam os estudantes de graduação?
- Como o Serviço Social atua na assistência estudantil no ensino superior e quais são seus limites e potencialidades?

A pesquisa foi um estudo de caso de natureza qualitativa sobre os serviços e programas de assistência estudantil executados pela DDS. O estudo de caso é uma metodologia de pesquisa que busca entender um evento ou objeto de estudo em profundidade, analisando todos os aspectos que influenciam no mesmo. De acordo com Ventura (2007)

(...) o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações. (VENTURA, 2007, p. 384)

Através do estudo de caso foi possível entender como a assistência estudantil atua na permanência estudantil, além de permitir o contato com a prática profissional das assistentes sociais da DDS. O estudo busca entender quais os limites e potencialidades da assistência

estudantil na construção de uma universidade capaz de acolher estudantes de diferentes classes sociais e vivências.

Foram utilizados os diários de campo produzidos durante as matérias Estágio em Serviço Social 1 e 2 para analisar o trabalho das assistentes sociais da DDS para além dos estudos socioeconômicos, que demandam grande dedicação e tempo para execução. Em função do grande número de pedidos de análise para a entrada nos programas de assistência estudantil, que normalmente levam meses para serem completados, as assistentes sociais da DDS não têm tempo para outras atividades investigativas e de acompanhamento da realidade dos estudantes. Esse é um grande ponto de tensão para a equipe, uma vez que estudos mais superficiais e rápidos não são capazes de identificar as expressões da questão social que se apresentam na vida dos discentes e suas famílias; mas estudos mais detalhados demandam mais tempo para serem concluídos, o que atrasa a finalização dos editais e o pagamento dos benefícios monetários.

O diário de campo é uma ferramenta de grande importância para o Serviço Social. Por não se tratar de um documento oficial que responde a uma demanda institucional, nele podem ser registradas impressões, dúvidas, críticas, etc. Esse registro pode servir para a compreensão da realidade dos usuários, as demandas da instituição, as dinâmicas de poder existentes, o vínculo teoria-prática, etc. Durante as matérias Estágio em Serviço Social 1 e 2, os diários de campo servem para o registro por parte dos estudantes dos aspectos considerados importantes e serve como ponte entre a orientação acadêmica e a supervisão de campo. Na prática profissional o diário de campo é um instrumento de uso pessoal, com o qual o assistente social pode refletir sobre sua prática profissional e utilizar como base para projetos de intervenção.

O diário de campo é eleito, portanto, como um importante instrumental que suporta a documentação, sistematização e reflexão do cotidiano do/a assistente social. A um só tempo que possibilita a reflexão da prática profissional, essa forma de documentação também pode assumir o papel de instrumento de pesquisa. Com a possibilidade de ser resgatado a qualquer momento, ele incentiva o/a estudante em formação e o/a próprio/a profissional a desenvolverem uma postura investigativa. Com isso, considera-se que a documentação é imprescindível para o processo de conhecimento e análise da realidade de trabalho do/a assistente social, permitindo a qualificação das ações profissionais. (IMPERATORI; ALENCAR, 2022, p. 355)

Além da análise documental do diário de campo, a pesquisa baseou-se em outros documentos como legislações e especialmente documentos institucionais da Universidade, dentre os quais, resoluções que versam sobre assistência estudantil e o Anuário Estatístico de 2022 (com base em dados de 2021).

O TCC se estrutura em três capítulos. No primeiro capítulo é apresentado um breve histórico da UnB, da educação superior e da assistência estudantil no Brasil. No seguinte, é abordado o perfil dos estudantes universitários brasileiros e da UnB, debatendo-se a importância das dimensões material e simbólica para permanência. Por fim, no último capítulo, é apresentada a assistência estudantil da universidade a partir da experiência de estágio e problematizando a atuação do Serviço Social na DDS.

CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Esse capítulo tem por objetivo apresentar uma breve trajetória da educação superior e da assistência estudantil no país, incluindo o percurso histórico da Universidade de Brasília, considerando as mudanças legais referentes a esses temas. Também serão comentadas as iniciativas que aumentaram o acesso ao ensino superior para grupos que tradicionalmente não eram comuns no meio universitário até relativamente pouco tempo atrás, como pessoas de minorias étnicas e de baixa renda.

1.1 Breve Histórico da Educação Superior Brasileira

No período colonial brasileiro, existiam apenas cursos superiores de Teologia e Filosofia ministrados pelos padres jesuítas. Portugal impedia o desenvolvimento de cursos superiores em suas colônias, temendo que eles contribuíssem para o crescimento de movimentos de independência. As famílias com melhores condições financeiras mandavam seus filhos para a Europa, para que eles atingissem graus maiores de conhecimento. O ensino superior brasileiro foi inaugurado com a chegada da Família Real Portuguesa no país em 1808. Como não era mais possível estudar em território europeu, surgiu a necessidade de formar profissionais dentro do país.

No caso do Brasil, o ensino superior nasceu fragmentado em diferentes instituições e localidades, com faculdades profissionais, seguindo o modelo francês. Os primeiros cursos superiores criados do século XIX foram os de Engenharia, Medicina e Direito, com o objetivo de formar os quadros de profissionais requeridos pela Corte. (...) Esses primeiros cursos superiores visavam à formação de burocratas para o Estado, motivo pelo qual assumiram um caráter profissional e utilitário durante longo período, tendo cada curso sido criado de acordo com os interesses do momento. (SOUSA, 2013, p. 17)

O debate sobre a criação de uma universidade no Brasil surgiu a partir do final do século XIX, e com a Proclamação da República em 1889, ele ganhou maior intensidade. No entanto, por conta de diferenças ideológicas, problemas financeiros e a pouca consistência das propostas apresentadas, a instalação da universidade pública brasileira acabou sendo adiada.

O ensino superior privado tem suas origens no século XIX com a promulgação da Constituição de 1891, que estabeleceu a descentralização desse nível de ensino. Também foi definida a responsabilidade dos estados quanto à educação superior, o que permitiu a instalação das instituições privadas. Na última década do século, os princípios das reformas educacionais de

Benjamim Constant marcaram a educação superior da época, facilitando mudanças nas condições de admissão e a expansão das faculdades isoladas existentes.

As primeiras décadas do século XX foram de grande importância pois foi nesse momento que surgiram as universidades pioneiras. Foi criada uma universidade em Manaus em 1909, dela restando a faculdade de Direito que foi posteriormente incorporada à Universidade Federal do Amazonas em 1962. A Universidade de Curitiba foi criada em 1912 e a Universidade Paulista no ano anterior, ambas as instituições acabaram fechando. De acordo com Sousa (2013), essas Instituições de Ensino Superior (IES) começaram suas atividades buscando o perfil do que realmente é uma universidade. A atuação das mesmas se pautava em discussões e nas necessidades da época. Outras questões como autonomia didática e administrativa e a busca de qualidade, também eram percebidas de suas propostas.

A Universidade do Rio de Janeiro, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi instalada em 1920, se tornando a primeira a se consolidar no país. Ela foi resultado do agrupamento de faculdades federais isoladas, neste caso, de Medicina, Direito e Engenharia. A Universidade de São Paulo (USP) foi criada em 1934, em meio a um cenário de discussão sobre a necessidade da criação e implantação de um projeto nacional para a educação superior. Ela é considerada a primeira universidade do país, pois trazia em seu projeto de fundação uma concepção universitária. Sousa (2013) aponta que não pode ser negado o fato da USP ter servido para a formação das elites, especialmente em seus primeiros anos. Ela integrava o projeto político paulista de formar uma elite dirigente com altos conhecimentos científicos, culturais e artísticos.

A partir de 1930 começou o processo de criação das primeiras universidades públicas do país, com a junção das Escolas Superiores em instituições articuladas voltadas também para a pesquisa. Foi durante a década de 1970 que o número de universidades públicas se expandiu, estando presentes em todos os grandes centros urbanos.

Somente na década de 30 do século XX, que a Educação veio a ser vista como um direito coletivo regulamentado pelo Estado. Todavia, nas Constituições supervenientes, o referido direito ainda não estava resguardado integralmente. Durante as décadas de 50 a 70 foram criadas universidades federais em todo território brasileiro, além das universidades estaduais, municipais e particulares. A descentralização do ensino superior foi linha assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que vigorou a partir de 1961. (MARTINS; MAURICIO, SILVA, 2019, p. 892)

Também foi durante essa época que foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1977, que permitiu a criação de IES privadas com fins lucrativos.

Isso expandiu a oferta de Ensino Superior no país, atendendo a demanda dos estudantes que não conseguiam se inserir nas instituições públicas.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é realçada a importância da educação básica enquanto direito de todos os cidadãos e para educação superior pública é garantido o acesso de acordo com as capacidades de cada um. No entanto, também é nesse contexto que começam as primeiras ameaças de privatização das IES públicas em função de suas estruturas precárias e também pela expansão do Ensino Superior privado no país.

Em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi enviado ao Congresso Nacional o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Neste plano o Estado é separado em quatro setores fundamentais: Núcleo estratégico e burocrático, que teria a função de fazer as leis e garantir seu cumprimento, além de defender o território e estabelecer relações diplomáticas; Setor de serviços monopolistas de Estado, corresponde às atividades que têm o próprio Estado como maior usuário e que são estatais por não serem consideradas lucrativas; Setor de serviços sociais competitivos, serviços que competem com a iniciativa privada no mercado, para esse setor é defendida a busca da eficiência e do melhor uso e economia dos recursos; Setor de produção de bens e serviços, composto por empresas públicas que atendem à população, para o governo elas são atividades empresariais e portanto, devem ser transferidas para a iniciativa privada.

Esse plano define as funções do Estado como coordenar e financiar políticas públicas, mas não executá-las. A iniciativa privada foi estimulada a adentrar em novas áreas de atuação, dentre elas a educação superior. As diretrizes do governo para o ensino superior estipuladas durante esse período foram fortemente marcadas pela ideologia neoliberal. Para Sousa (2013) foi um contexto no qual a existência da universidade foi objeto de questionamento, uma vez que uma nova concepção de modernidade estava sendo difundida. Essa nova modernidade era fortemente influenciada por argumentos de natureza econômica. A partir deste momento, a universidade era avaliada considerando os serviços que poderiam ser prestados por ela. As docência e a pesquisa do ensino superior também passaram a ser apreciadas a partir de seus resultados práticos.

Durante esse governo, o orçamento destinado para investimentos nas universidades federais sofreu grande redução por parte do Governo Federal. Isso incentivou a captação de recursos das mesmas junto à esfera privada. Foram criadas fundações com o objetivo de reunir e administrar recursos obtidos com serviços prestados, para atender as demandas das universidades. Isso acompanhado do crescimento observado no setor privado de ensino superior devido aos

incentivos legais recebidos durante o período, retirou o caráter de direito social da educação, transformando a mesma em uma mercadoria.

Nesse cenário, também foi intensificada a heterogeneidade do sistema brasileiro de educação superior. Nasceram instituições, tanto públicas como privadas, que ofereciam ensino presencial, semi-presencial e a distância, todas com formato previsto na legislação, como, por exemplo, criação dos cursos sequenciais por campo do saber, além de tecnológicos. Outras IES apresentavam propostas curriculares diversificadas para um mesmo curso, como no caso das habilitações. Dessa forma, se por um lado essa diversificação trazia uma variedade de opções para os estudantes, por outro ajudava a comprometer a qualidade do ensino, além de contribuir para a maior mercantilização do sistema. Portanto, constata-se que a flexibilização não conseguiu se caracterizar como uma marca benéfica para o sistema. (SOUSA, 2013, p. 35)

Durante a primeira década dos anos 2000, foram feitos investimentos com os objetivos de expandir a oferta de vagas no ensino superior público e incentivar o crescimento do ensino superior privado. O Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2005, oferece bolsas de estudos em instituições privadas; já o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) financia as mensalidades de cursos de graduação no ensino privado. O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) é composto por universidades públicas que oferecem cursos de graduação à distância para estudantes que não podem ser aproximar das instituições de forma presencial. O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) de 2007 tem o objetivo de ampliar tanto acesso, quanto a permanência dos estudantes no ensino superior, tendo entre suas diretrizes a diminuição da evasão, a ocupação das vagas ociosas, o aumento das vagas ofertadas e a ampliação de Assistência Estudantil e inclusão social. Foram destinados recursos para a expansão e reforma da estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), compra de equipamentos e contratação dos profissionais para atender aos objetivos do plano.

(...) os programas sociais de acesso ao Ensino Superior, de um lado facilitam o acesso e a permanência de estudantes, em especial aqueles de baixa renda, colaborando para com a democratização do Ensino Superior, e, por outro lado, ao buscar a parceria das IES privadas, possibilitando-lhes vantagens financeiras, contribuem para com a rentabilidade de tais Instituições e, também, com a expansão do Ensino Superior Privado. Assim, configura-se uma parceria em que o setor público apoia as atividades do ensino superior privado, com vistas à facilitação no ingresso e na permanência de estudantes no Ensino Superior. (GOMES; MACHADO-TAYLOR; SARAIVA, 2018, p. 111)

O primeiro Projeto de Lei que tratava da ações compensatórias para a população negra data de 1983, de autoria do deputado federal Abdias Nascimento. De acordo com Cunha, Sousa e Silva (2016), se durante a década de 1980 o foco dos movimentos negros no país era a denúncia do racismo e a defesa do acesso à educação formal, nos anos 1990 esses movimentos chegaram ao

consenso que eram necessárias ações afirmativas na educação superior. As ações afirmativas adotadas por universidades públicas à partir dos anos 90 vinham procurando responder às desvantagens produzidas pela discriminação racial brasileira. A Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida realizada em 1995 representou um momento onde pôde ser feita maior pressão no Poder Público quanto a esse tema. Como resultado do evento foi apresentado pelo movimento o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, e entregue ao então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. No mesmo ano foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para promover através de ações afirmativas a valorização da população negra.

A partir dessa década e durante os anos 2000, vários atores mantiveram o debate sobre desigualdade ativo como o Movimento Negro e entidades nacionais e internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Também foram realizados eventos acadêmicos e não acadêmicos que discutiram a adoção de cotas na educação superior pública e apresentavam os resultados positivos obtidos pelas instituições que as haviam adotado, dentre elas a UnB, que aprovou sua política de reserva de vagas para estudantes negros e indígenas em 2003. Foram apresentadas propostas por deputados federais, senadores e pelo Poder Executivo que tratavam de critérios diferenciados para o ingresso nas universidades públicas.

Em 2001 foi promovida pela ONU a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, na África do Sul. Neste evento o Brasil tornou-se signatário e se comprometeu com a formulação e implementação de políticas com o objetivo de combater o racismo e a desigualdade racial.

O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, compreendido entre 2003 e 2010, trouxe um novo cenário para as políticas sociais e raciais. No primeiro mandato foi criada a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, mostrando o compromisso governamental com essa questão. Nesse primeiro período foi apresentado o Projeto de Lei do Sistema Especial de Reserva de Vagas, que destinava vagas para estudantes de escolas públicas, especialmente negros e indígenas nas IFES. Apesar de não ter sido aprovado no governo Lula, suas propostas foram incorporadas na Política de Reserva de Vagas aprovada em 2012.

As Políticas de Ação Afirmativa, que reservam vagas para grupos específicos, também contribuíram para o aumento no número de estudantes de Ensino Superior. Após a aprovação da

Lei nº 12.711, de 2012, foi criada uma política de reserva de vagas para alunos vindos de escola pública; negros, pardos e indígenas tanto no Ensino Médio, quanto no Ensino Superior. Em 2016 foi aprovada a Lei nº 13.409, que incluiu pessoas com deficiência na política. No final de 2023 foi sancionada a Lei nº 14.723, que mudou o modo como será feito o preenchimento das vagas. Os inscritos nos processos de seleção concorrerão igualmente na categoria ampla concorrência e se não forem contemplados, irão concorrer nas reservas de vagas. Outra mudança foi definição de vagas para estudantes com renda per capita de até um salário mínimo, o texto anterior destinava essa cota para estudantes com renda per capita de até um e meio salários mínimos. Os ingressantes em vulnerabilidade socioeconômica que optarem pelas cotas também terão prioridade nos processos de seleção para a assistência estudantil das instituições de ensino em que se matricularem.

(...) defendo que a educação superior pública deve ser considerada como um direito, o que esbarra atualmente na compreensão legal (constitucional, inclusive) que limita este direito às “capacidades individuais” (fundamentadas na concorrência advinda da limitação de vagas), abrindo espaço para uma compreensão meritocrática deste direito. As cotas, em especial as raciais, foram fundamentais para desafiar esta compreensão, visto que o desempenho na seleção, com variações mínimas entre cotistas e não-cotistas, não é fator determinante do desempenho acadêmico posterior. (...) tratar do acesso à universidade na defesa de uma suposta igualdade de condições é efetuar uma operação de apagamento histórico que desconsidera desigualdades sedimentadas do ponto de vista racial e de classe. Desta maneira, o discurso meritocrático que se constitui como oposição às políticas afirmativas de reserva de vagas para negros no acesso à universidade (nossa versão de política universalista colorblind) opera, conscientemente ou não, uma política de cunho racista. (MENDES, 2020, p. 4-5)

A adoção do Sistema de Seleção Unificado (Sisu) que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) por IES públicas também permitiu que mais vagas fossem ocupadas, uma vez que permite que candidatos pleiteiem vagas em diferentes universidades e institutos, sem ficarem limitados aos seus estados de origem.

1.2 Breve Histórico da Universidade de Brasília

A criação da UnB em 1962 inaugurou a educação superior no Distrito Federal. De acordo com Sousa (2013) a instalação de Brasília e a necessidade de formação de profissionais qualificados e capazes de contribuir para a transformação da realidade do país foram fatores que impulsionaram a discussão sobre a criação da universidade. No dia da inauguração de Brasília, 21 de abril de 1960, o então presidente Juscelino Kubistchek enviou uma mensagem ao Congresso Nacional sugerindo a criação da UnB. Também instituiu uma comissão para projetar e

implementar a universidade, conduzida por Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Oscar Niemeyer e Cyro dos Anjos.

A universidade foi criada em 15 de dezembro de 1961 pela Lei nº 3.998 e inaugurada em 21 de abril de 1962, mas suas atividades começaram em 09 de abril, dentro do Ministério da Saúde. A UnB foi a primeira universidade federal a ser instituída enquanto fundação, pois dela era esperado o impulso para o desenvolvimento do Brasil. Um reflexo do pressuposto que existia naquela época, de que o avanço tecnológico e científico levaria ao desenvolvimento social da nação.

Em seu projeto inicial, a UnB apresentava como foco central o compromisso de contribuir para promover o desenvolvimento do Brasil e da Capital Federal, recém-instalada e que, também sendo concebida como algo moderno, deveria integrar-se ao cenário nacional e internacional. (SOUSA, 2013, p. 102)

Dois anos após sua inauguração, a UnB passou a ser alvo do autoritarismo após o Golpe Militar de 1964. A sociedade brasileira como um todo foi submetida ao controle ideológico do regime e por ser um espaço de reflexão e intelectualidade dentro da capital, a universidade se tornou um dos principais locais de intervenção e vigilância. O campus da UnB foi invadido pela primeira vez no dia 9 de abril de 1964, os oficiais entraram nas salas de aula e revistaram estudantes em busca de materiais com propaganda considerada subversiva. Também foram procurados onze professores que deveriam ser detidos e interrogados. Após esse episódio o então reitor Anísio Teixeira foi exonerado e substituído pelo professor da USP Laerte Ramos de Carvalho.

A segunda invasão ocorreu em 1965, após os professores realizarem um greve de vinte e quatro horas no dia 08 de setembro, em manifestação contra a demissão de três professores que foram desligados por “conveniência da administração”. O docentes ficaram alarmados com a possibilidade de serem demitidos de forma arbitrária. O movimento foi aderido pelos estudantes e o reitor Laerte Ramos pediu o envio de tropas ao campus. No dia 11 de setembro as entradas da universidade foram cercadas pelos militares durante a madrugada, que impediram a entrada de alunos e professores. Uma semana depois, quinze professores da UnB foram demitidos por acusações de subversão e em resposta 209 professores se demitiram de forma coletiva em protesto contra a repressão exercida contra a instituição. Assim, a universidade perdeu 79% de seu corpo docente em um único dia.

Em 1968 aconteceu a invasão mais violenta à universidade durante a Ditadura Militar. Estudantes da UnB estavam protestando contra o assassinato de Edson Luis de Lima Souto, estudante secundarista morto por policiais militares no Rio de Janeiro. O protesto reuniu em torno de três mil discentes e foi o que motivou o pedido de prisão de Honestino Guimarães e outros seis universitários. Após decretada a prisão, a universidade foi invadida e foram detidos mais de quinhentos estudantes em uma quadra de basquete. O estudante Waldemar Alves foi baleado na cabeça, ficando internado por meses em estado grave e ao total, sessenta alunos acabaram presos.

Em 1976, a posse do reitor José Carlos de Almeida Azevedo foi recebida com protestos por parte da comunidade acadêmica. Um ano depois da posse, os protestos se multiplicaram contra a falta de professores e a baixa qualidade de ensino. Em 06 de junho de 1977 tropas militares invadiram a universidade uma última vez, após uma greve de alunos e professores. Estudantes foram presos e funcionários e professores foram intimidados.

O primeiro reitor eleito pela comunidade acadêmica após o Golpe Militar foi Cristovam Buarque em 1984, e um de seus primeiros atos no cargo foi reincorporar à UnB os professores que se demitiram em 1965. Em 1989, o reitor é reeleito na primeira votação direta da instituição desde o início do regime militar. Nesse ano também são criados os primeiros cursos noturnos, o que contribui para democratizar o acesso à educação superior uma vez que esses cursos permitem que os estudantes trabalhem durante o dia.

De acordo com Sousa (2013), após o período de redemocratização, os anos 1990 começam com a UnB tendo dificuldade para se expandir, em consequência da drástica redução dos recursos destinados ao financiamento das IFES. Para manter suas atividades, essas instituições criaram fundações privadas de apoio com o objetivo de captar e gerenciar recursos. A UnB também usou dessas fundações para atrair recursos para suas pesquisas e funcionamento. Além disso a universidade contava com os fundos provenientes de aluguéis e aplicações financeiras, dentre outras receitas. Essa diversidade de fontes de recursos fez da UnB a IFES que mais conseguia angariar recursos próprios.

Em 1996, foi criado o Programa de Avaliação Seriada (PAS), uma política importante de ingresso na universidade paralela ao vestibular. O PAS consiste na aplicação de provas ao final de cada série do ensino médio. Os estudantes que melhor se classificarem nas três etapas entram automaticamente na UnB. Com isso, o número de ingressantes nos cursos da universidade aumentou consideravelmente.

Em 2003 foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UnB a política de reserva de cotas para negros e indígenas para cursos de graduação, sendo a primeira universidade do país a adotar uma política desta natureza. As reservas de vagas passaram a ser efetivadas no segundo vestibular do ano seguinte. No Plano de Desenvolvimento Institucional da UnB, que correspondia ao período entre 2002 e 2006, já estava prevista a instalação de três novos campi em Ceilândia, Planaltina e Gama. O primeiro dos campi a ser criado foi o de Planaltina, por meio do Ato da Reitoria nº 12, de 31 de agosto de 2005, com inauguração em maio de 2006. Os campi do Gama e de Ceilândia foram criados em 2007. O objetivo desta expansão foi atender a demanda da população local por educação superior gratuita e de qualidade.

Em 2007, o Decreto da Presidência nº 6.096, de 24 de abril, instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e como outras universidades, a UnB aderiu ao programa. Foi no contexto do Reuni que os campi de Ceilândia e Gama foram construídos. Este período foi marcado por uma crise institucional que afetou a imagem da instituição: as acusações de improbidade administrativa que levaram à ocupação da reitoria e posterior renúncia do reitor Timothy Mulholland e sua equipe de gestão. O reitor foi acusado de desviar dinheiro destinado ao financiamento de pesquisas para comprar artigos de luxo para uso pessoal. Em 2010 o caso foi a julgamento, terminando com a absolvição do ex-reitor.

No mesmo ano, o professor José Geraldo de Sousa é eleito reitor na primeira eleição paritária ao cargo, com os votos de professores, estudantes e funcionários tendo o mesmo peso de 33%. Anteriormente, os votos dos docentes tinham 70% do peso, com funcionários e estudantes correspondendo aos 30% restantes.

1.3 Cronologia da Assistência Estudantil no Brasil

As primeiras ações de assistência estudantil no Brasil datam da década de 1930, com os programas de moradia e alimentação universitários. A primeira Casa do Estudante foi fundada em 1928 em Paris, para abrigar estudantes que tivessem dificuldade em se manter na cidade francesa. Em 1931 foi instituída a Lei Orgânica do Ensino Superior, nº 19.851/1931, onde são feitas propostas de beneficência aos estudantes, incluindo bolsas de estudo para os comprovadamente pobres. Essa lei foi incorporada na Constituição Federal de 1934.

A expansão universitária aconteceu a partir da década de 1950, com maior intensidade a partir da década de 1970. Foram criadas universidades federais, estaduais e municipais por todo o país, com o Ensino Superior privado também crescendo e se fortalecendo, ultrapassando o número de vagas ofertadas no sistema público. Nesse contexto, mais jovens da classe trabalhadora passaram a frequentar a universidade, o que gerou demanda por programas de Assistência Estudantil, que atendessem as necessidades desse alunato. O Movimento Estudantil aderiu à essa luta e as instituições criaram programas que satisfizessem algumas necessidades dos estudantes de baixa renda.

Durante os anos 1970 foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura da época, que oferecia programas como Bolsas de Trabalho, que proporcionavam oportunidades para que os estudantes trabalhassem em entidades públicas ou privadas; e Bolsas de Estudo, que não necessitavam de qualquer contrapartida por parte do estudante. Também existiam programas de alimentação, moradia e assistência médica, de forma prioritária. O DAE foi extinto nos anos 1980, o que fragmentou a prestação de assistência estudantil, com cada instituição formulando sua própria política. A assistência estudantil passou a ser dar a partir de programas escassos e marcados pelo clientelismo, o que impediu sua consolidação.

A Constituição Federal de 1988 é fruto das pressões de diferentes setores da sociedade, que buscavam a ampliação de direitos sociais após o período ditatorial. Dentre esses atores estavam a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

Esses dois entes lutavam pela integração regional e nacional dos órgãos de ensino superior, objetivando garantir oportunidades e igualdade aos estudantes das IFES na perspectiva dos direitos sociais, além de condições básicas para permanência e conclusão do curso, colaborando e combatendo a erradicação, a retenção e a evasão escolar, inerentes às dificuldades socioeconômicas dos estudantes com baixa condição socioeconômica. (MARTINS; MAURICIO, SILVA, 2019, p. 893)

Outro ator de destaque foi a União Nacional dos Estudantes (UNE) que mesmo sendo alvo de ataques por parte do regime militar e colocada na clandestinidade, se manteve como canal de manifestação da insatisfação dos estudantes, não apenas com a política educacional, mas também com a realidade política e econômica imposta ao povo brasileiro.

O que se quer dizer é exatamente que as lutas por mais verbas, mais vagas, ensino público e gratuito, contra a privatização, e similares, conseguem mediar expectativas

socais (políticas, democráticas) com expectativas individuais (possibilidade de a pessoa educar-se, poder ascender etc.). Quando a crítica vai mais adiante, porque o regime não deixou canais de expressão e porque toda a população (inclusive os estudantes) passou a sofrer efeitos da concentração da renda, a radicalização dos estudantes no questionamento de toda a realidade se impôs. (MEDEIROS; CASTANHO, 2014, p. 183)

As universidades se tornaram espaços de resistência e crítica ao regime militar, que respondeu com invasões às instituições, perseguição, prisões e mortes. A Universidade de Brasília, por estar próxima dos centros de decisão federal, foi alvo de quatro invasões, sendo a primeira menos de 10 dias depois do Golpe Militar.

A UNE foi reconstruída no XXXI Congresso da UNE de 1979, que foi realizado apesar das declarações do governo de que seria considerado ilegal. O ano de 1984 foi de polarização política, em função da eleição presidencial. Também foi um ano de tensões nas universidades, que fizeram greves e paralizações exigindo o retorno das eleições para as reitorias, aumento das verbas para a educação superior, mais liberdade, etc.

Na Carta Magna de 1988, a educação básica é reconhecida enquanto direito social, sendo direito de todos e dever do Estado e da família, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento das pessoas, prepará-las para exercer a cidadania e qualificá-las para o trabalho. Às universidades foi garantida autonomia de gestão, orçamentária e didático-científica, sendo indissolúvel a relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Durante a década de 1990, a educação foi influenciada pela política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso. De direcionamento neoliberal, a gestão federal diminuiu o orçamento destinado às universidades federais, o que culminou no sucateamento das mesmas e levou à diminuição dos programas de assistência estudantil; também foi observado o aumento do ensino privado e das matrículas no mesmo.

A promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2007 foi um marco no Ensino Superior público, sendo fruto de lutas de entidades docentes e discentes em prol de condições que garantam a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação. Posteriormente o texto do programa foi atualizado no Decreto nº 7.234 de 2010. O PNAES tem como objetivo diminuir a retenção, a evasão e as desigualdades regionais, garantindo as condições para a permanência estudantil e incentivando a inclusão social através da educação.

As IFES recebem os recursos do PNAES pelo Ministério da Educação (MEC), tendo autonomia para elaborar e executar seus programas de Assistência Estudantil, levando em consideração a realidade de cada instituição e comunidade acadêmica. Reconhecendo a realidade

brasileira e as grandes desigualdades econômico-sociais entre a população, o PNAES é de suma importância para garantir a permanência de um número maior de estudantes de baixa renda na graduação. O texto do programa nacional define o público alvo prioritário os estudantes vindos de escolas públicas e com renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos. As IFES possuem liberdade para definir outros critérios de seleção, além dos citados no decreto.

A assistência estudantil é permeada por contradições, como todas as políticas sociais. Por um lado, ela atua na garantia do acesso à educação enquanto direito, aumentando as chances de conclusão dos cursos de graduação por parte dos estudantes atendidos. Por outro lado, os recursos destinados pelo governo federal são limitados e insuficientes para atender todos os candidatos. Não pode ser esquecido o fato do texto do decreto priorizar o público a ser atendido, tanto por escola de origem, quanto por renda. Fora que as IFES podem propor critérios de seleção como gênero, raça/etnia, sexualidade, condições de saúde física e mental, etc.

Evidencia-se a focalização do público atendido e uma grande demanda reprimida de estudantes inscritos, sem mencionar os estudantes que não conseguem atendimento com o/a Assistente Social para poder se candidatar a estes programas. A prática da focalização se faz presente, assim como nas demais políticas sociais contemporâneas que não visam à universalidade, mas, se destinam a “minimizar a pobreza”. (MARAFON, SANTOS, 2016, p. 414)

A assistência estudantil é uma das áreas de inserção do assistente social no mercado de trabalho. Nela o profissional tem a responsabilidade de planejar, executar e avaliar os programas oferecidos; além de encaminhar os estudantes para serviços internos e externos à universidade que possam atender suas demandas e garantir seus direitos; e fazer as avaliações socioeconômicas, através das quais os candidatos são inseridos na assistência estudantil da instituição.

No Plano Nacional de Educação (PNE) DE 2014 é colocada entre as estratégias em relação ao Ensino Superior:

12.5) ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico; (BRASIL, 2014)

Isso significa atuar de modo a diminuir as desigualdades socioculturais que marcam a história do país e garantir a um número maior de pessoas de grupos marginalizados o acesso e a permanência no meio universitário.

CAPÍTULO 2 – MUDANÇA NO PERFIL UNIVERSITÁRIO E PERMANÊNCIA

Neste capítulo serão trabalhados os conceitos de permanência material e simbólica e como eles afetam a experiência dos estudantes universitários e sua permanência na educação superior. Também serão apresentadas as mudanças no perfil dos estudantes de graduação no Brasil e o perfil atual na UnB.

2.1 Mudança no Perfil do Estudante Universitário Brasileiro

Os dados mais recentes sobre o perfil nacional dos estudantes de IFES são da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos (as) das IFES – 2018 da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Uma mudança que pode ser observada é a transformação no perfil racial dos estudantes. A tabela abaixo mostra como os graduandos negros e pardos aumentaram desde o início do século, em 2003 eles correspondiam a 34,2% do total de estudantes das IFES e em 2018 compunham 51,2%, um aumento de 17%.

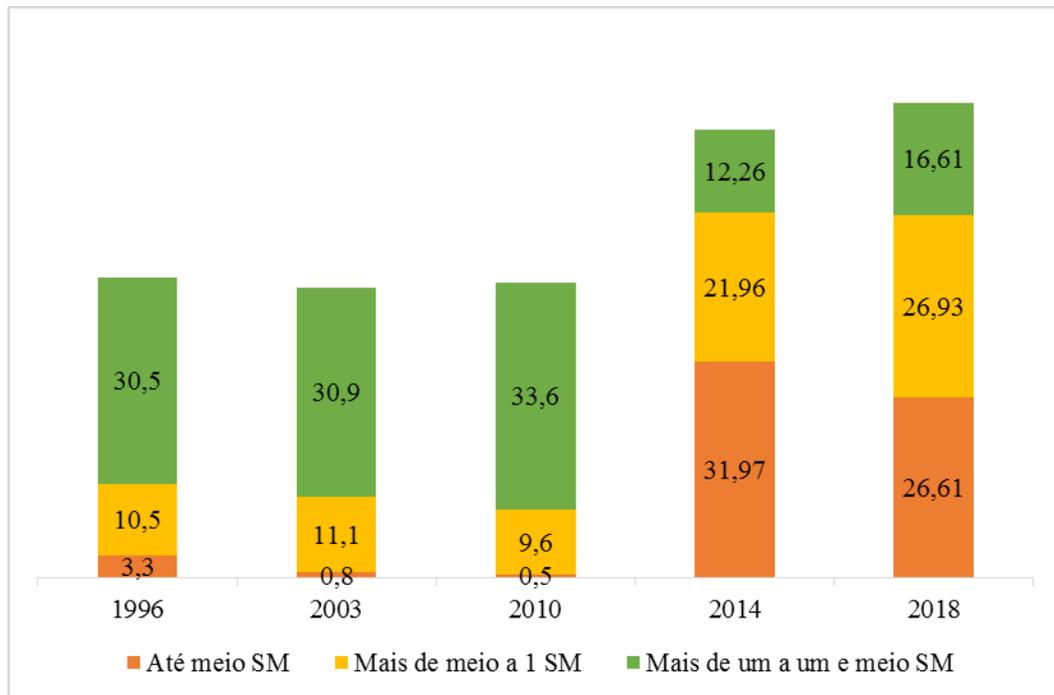
Tabela 1 – Graduandos (as) e população brasileira segundo Cor ou Raça – 1996 a 2018 (%)

Cor ou raça	Pesquisa	1996	2003	2010	2014	2018
Amarela	IFES	-	4,5	3,1	2,3	2,1
amarela	PNAD/IBGE	0,4	0,4	1,1	0,5	0,4
branca	IFES	-	59,4	53,9	45,7	43,3
branca	PNAD/IBGE	55,2	52,0	47,7	45,5	38,5
parda	IFES	-	28,3	32,1	37,8	39,2
parda	PNAD/IBGE	38,2	41,5	43,1	45,1	52,5
preta	IFES	-	5,9	8,7	9,8	12,0
preta	PNAD/IBGE	6,0	5,9	7,6	8,6	8,1
indígena	IFES	-	2,0	0,9	0,6	0,9
indígena	PNAD/IBGE	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4
sem declaração	IFES	-	-	-	3,8	2,5
sem declaração	PNAD/IBGE	-	-	-	-	-

Fonte: ANDIFES, 2019, p. 21.

O perfil financeiro atual dos estudantes universitários também é muito interessante. De acordo com os dados mais atuais, 70,2% dos universitários se encontram na faixa de renda apontada pelo PNAES como prioritária para o programa. Em 1996, esse público correspondia a 44,3% dos universitários. As políticas de cotas, o ingresso pelo Sisu e a expansão de vagas em função do Reuni abriram as portas do ensino superior para um número maior de estudantes dos menores níveis de renda. Isso também aumenta a necessidade de expansão de programas de assistência estudantil para garantir a conclusão dos cursos de graduação por esse público.

Gráfico 1 – Percentual de graduandos (as) das IFES, segundo faixas de renda mensal familiar per capita selecionadas, por ano de realização da Pesquisa de Perfil – 1996 a 2018 (em %)



Fonte: ANDIFES, 2019, p. 32.

Na pesquisa nacional é mostrado que na faixa de renda até um e meio salário mínimo existe o predomínio feminino (56,6%), já na faixa de mais de três salários mínimos o predomínio é masculino (53,4%). Essa relação ocorre em quase todas as categorias raciais. Quanto à raça, observa-se que os brancos são maioria na faixa de renda de mais de três salários mínimos (66,6%) e minoria na faixa de menos de um salário mínimo e meio (36,5%). O quadro se inverte com a população negra e parda. Na faixa até um salário mínimo e meio, negros e pardos compõem 57,9%, enquanto na faixa de mais de três salários mínimos eles correspondem a 28,5%. A desigualdade racial e de gênero se combinam com a desigualdade econômica. Homens brancos compõem maioria na faixa de maior renda. (ANDIFES, 2019, p. 43)

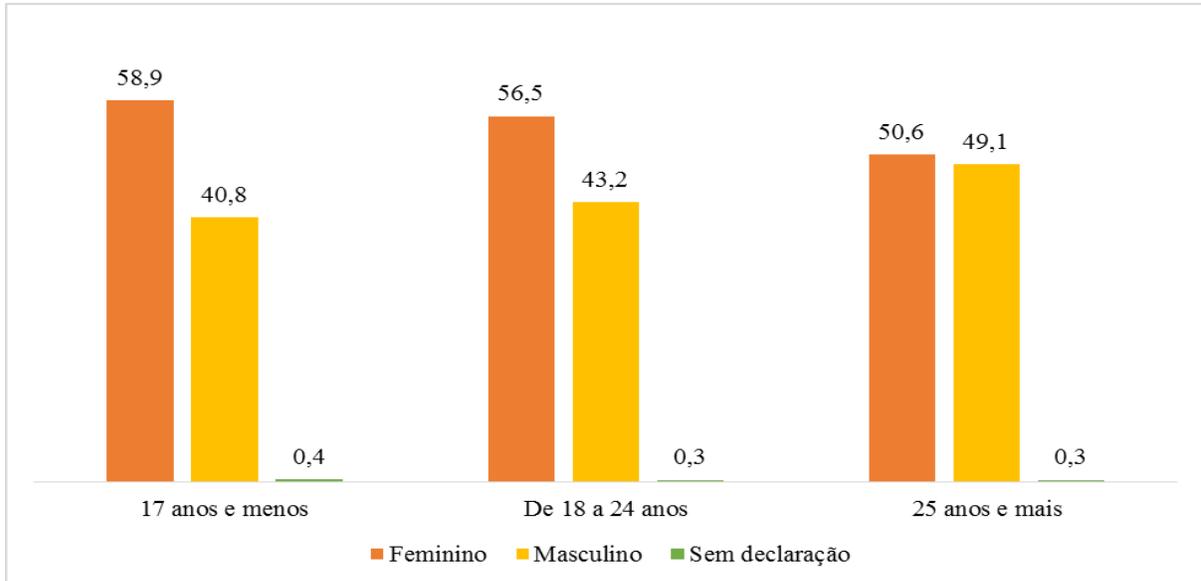
No ano de 2018, 29,9% dos graduandos estudavam e trabalhavam, enquanto 40,6% estavam à procura de emprego. Os discentes trabalhadores equivaliam a 30,9% dos alunos brancos, 29,4% dos alunos negros e 29% dos alunos pardos. A proporção dos que estavam em busca de um emprego, ou desocupados, entre os graduandos era respectivamente 35,4% entre brancos, 47% entre negros e 44% entre pardos. Mulheres correspondiam a 27,1% dos estudantes que trabalham, os homens, a 33,2%. Os estudantes do sexo masculino compunham 37,8% dos que estavam em busca de um trabalho, 42,8% eram do sexo feminino. 46,3% dos estudantes desocupados estavam na faixa de renda de até um salário mínimo e meio per capita, enquanto 26,2% dos que trabalham também se encontrava na mesma faixa. (ANDIFES, 2019, p. 86-87)

Observando identidade de gênero, 48,1% se identificavam em 2018 como mulher cis e 40,1% como homem cis. Homens e mulheres trans representavam 0,1% cada e pessoas não binárias, 0,6%. 8,2% decidiram por não responder ou não se classificar. Quanto à sexualidade, 78,1% afirmaram ser heterossexuais e 16,7% como lésbicas, gays, bissexuais e queer. Assexuais consistiam em 0,3% e 4,8% escolheram não responder ou não se classificar. Em um país que possui forte influência religiosa em sua cultura, como o Brasil, sexualidade e identidade de gênero são fatores que geram e potencializam vulnerabilidades. As pessoas LGBTQIA+¹ são alvo de discriminação e violência constante e é essencial que elas sejam assistidas em suas carências.

Desde o início da série histórica da ANDIFES, mulheres compõem a maioria nas IFES. Com o passar do tempo a proporção feminina aumentou, de 51,4% em 1996 para 54,6% em 2018. Elas também são a maioria em todas as faixas etárias, com destaque na faixa de 17 anos ou menos.

¹ A Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania define a sigla como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outras

Gráfico 2 – Graduandos (as) das IFES por sexo, segundo faixa etária (em %) - 2018



Fonte: ANDIFES, 2019, p. 50.

O número de estudantes com algum tipo de deficiência cresceu significativamente de 2014 a 2018, partindo de 31.230 para 55.847. Esse crescimento deve ser creditado à Lei 13.409 de 2016, responsável por acrescentar pessoas com deficiência às cotas, reservando vagas na mesma proporção que essa população corresponde no Censo do IBGE no estado onde a instituição se encontra. Enquanto o número de deficientes auditivos permaneceu estável neste período, de 4.448 para 4.737, o de estudantes cegos aumentou de forma exponencial, de 177 para 616. Outro grupo que se ampliou consideravelmente foi o de estudantes surdos, que no mesmo intervalo de tempo, foi de 238 para 1.165 pessoas. Em 2018, 7.726 graduandos eram deficientes físicos, 0,6% do total de matriculados nas IFES. De 2014 a 2018, os estudantes com deficiência intelectual foram de 1.013 para 2.368, uma ampliação de mais de 200%. (ANDIFES, 2019, p. 57)

Pessoas com deficiência fazem parte do público para o qual o PNAES foi pensado e esse alargamento do mesmo traz maiores demandas para a assistência estudantil, não apenas na garantia das condições objetivas e materiais para a graduação, mas também na inclusão simbólica desses estudantes. É necessária a adaptação de espaços, mudanças em discursos e metodologias de ensino e a construção de um ambiente capaz de atender as necessidades dos diferentes sujeitos inseridos na sala de aula.

2.2 Perfil do Estudante de Graduação da UnB

De acordo com Anuário Estatístico – 2022, no segundo semestre de 2021, estavam matriculados na universidade 41.983 estudantes de graduação (UnB, p. 34). Destes alunos, 33.988 entraram na instituição por cotas, correspondendo a aproximadamente a 80,9% dos graduandos. Os dados confirmam a tendência apontada pela V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos (as) das IFES – 2018, que indicava que com o passar do tempo, o ingresso nas IFES por cotas superaria o ingresso por ampla concorrência. Deste grupo 6.412 entraram na cota de baixa renda, o que equivale a aproximadamente a 15,3% do corpo discente de graduação.

Tabela 2 – Aluno regulares registrados nos cursos de graduação, por cota de ingresso e sexo, UnB, 2021 (2º semestre)

Cotas	Feminino	Masculino	Total
Étnica	6.005	5.542	11.547
Pessoa com Deficiência	54	60	114
Escola Pública	8.614	7.301	15.915
Social/Renda Familiar	3.554	2.858	6.412
Total	18.227	15.761	33.988

Fonte: DPO, 2022, p. 125.

Dos 10.031 ingressantes na universidade no ano de 2021, 5.943 entraram usando o Sisu/Enem, aproximadamente 59,2% do total. Dos alunos regulares matriculados na graduação, por volta de 65,4% se declaram como negros ou pardos, 27.449 estudantes em números absolutos. Quanto à divisão por gênero, mulheres compõem a maior parte do corpo discente, com 50,8%. Elas também são maioria nos recortes raciais, com exceção entre os brancos e os indígenas.

Tabela 3 – Alunos regulares registrados nos cursos de graduação, por raça/cor autodeclarada e sexo, UnB, 2021 (2º semestre)

Raça	Feminino	Feminino (%)	Masculino	Masculino (%)	Total
Aluno não quis declarar cor/raça	1.439	52%	1.330	48%	2.769
Amarela	243	57%	183	43%	426
Branca	5.386	48,3%	5.767	51,7%	11.153
Indígena	73	39,2%	113	60,8%	186
Parda	12.689	51,6%	11.895	48,4%	24.585
Preta	1.481	51,7%	1.383	48,3%	2.864
Total	21.311	50,8%	20.671	49,2%	41.983

Fonte: DPO, 2022, 117.

Dentre as faixas de idade, 66,4% se encontram entre os 19 e 24 anos, sendo o grupo mais expressivo. 23,3% dos graduandos têm 25 anos ou mais e 10,3% tem menos de 18 anos. Estudantes do sexo feminino são maioria até os 24 anos de idade, com os homens sendo a maior parte dos alunos a partir deste ponto. Pode-se inferir que as mulheres mais velhas sejam mais responsabilizadas por tarefas domésticas e cuidados com familiares que seus colegas homens, o que diminui suas possibilidades de atender a educação superior.

Tabela 4 – Alunos regulares registrados nos cursos de graduação, por faixa etária e sexo, UnB, 2021

Faixa Etária	Feminino	Feminino (%)	Masculino	Masculino (%)	Total	Total (%)
Até 18 anos	2.386	55%	1.949	45%	4.335	10,3%
De 19 a 24 anos	14.706	52,8%	13.153	47,2%	27.859	66,4%
De 25 a 29 anos	2.362	45,2%	2.859	54,8%	5.221	12,4%
De 30 a 34 anos	736	41,9%	1.021	58,1%	1.757	4,2%
De 35 a 39 anos	455	40,3%	675	59,7%	1.130	2,7%
De 40 a 44 anos	275	40%	413	60%	688	1,6%
De 45 ou mais	391	39,4%	601	60,5%	993	2,4%
Total	21.311	50,8%	20.671	49,2%	41.983	100%

Fonte: DPO, 2022, p. 92

O número de ingressantes cresceu de forma regular desde 2017, indo de 38.730 a 41.983 em 2021. De 2017 a 2019, o número de formandos anual estava estável com uma média de 5.160. Em função da pandemia causada pelo Novo Coronavírus, a taxa de formaturas caiu, com 3,769 em 2020 e 3.739 em 2021.

2.3 Permanência Material e Simbólica

Muitos motivos levam à evasão dos estudantes universitários, dentre eles estão: a falta de condições financeiras para continuar no curso; pouca oferta de cursos noturnos, que permitiriam que ao estudante trabalhar e estudar; relação pouco amigável com os professores; dificuldade em manter um desempenho acadêmico satisfatório; pouca integração entre o estudante e a universidade/comunidade acadêmica, o que leva à falta de identificação com o ambiente universitário; etc. O PNAES prevê ações de assistência estudantil nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;

VIII - creche;
IX - apoio pedagógico; e
X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010)

Como pode ser inferido da lista de áreas onde a assistência estudantil deve se fazer presente, o PNAES intervém tanto no sentido de fornecer condições materiais para que os estudantes se mantenham vinculados à universidade, quanto para construir uma relação positiva de inclusão e apoio para os participantes dos programas, incentivando o esporte e a divulgação cultural, por exemplo.

De acordo com Mendes (2020), por muito tempo o debate sobre desigualdade na universidade se voltou apenas ao tema classe social. Quando esse debate se enriqueceu com a articulação com o tema raça/etnia, a ausência desses indivíduos tanto física, quanto simbolicamente se tornou foco de denúncia. Foi em meio a essa inquietação que foi aprovada a Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 2012) que reserva vagas para estudantes negros, indígenas, quilombolas e de escolas da rede pública.

Ainda de acordo com a autora, se podemos pensar em como as categorias classe e raça podem gerar e perpetuar desigualdades entre os estudantes dentro do ambiente universitário, podemos esperar que categorias como sexualidade e gênero, por exemplo, também reproduzam desigualdades. Ela continua ao pontuar que trazer atenção a essas categorias é fundamental para compreender as vulnerabilidades às quais os estudantes estão expostos e que podem levar à evasão. É preciso pensar em como esses estudantes transitam em seus cursos e quais são os serviços e políticas que a universidade oferece para fornecer apoio a eles.

Mendes (2020) também comenta sobre como a permanência deve ser pensada para além da complementação de renda, mesmo quando se fala sobre vulnerabilidade financeira. Deve se pensar na menor disponibilidade de tempo desses estudantes, muitas vezes em função de trabalho remunerado ou deslocamento; a invisibilização do trabalho doméstico feminino, que penaliza estudantes mulheres e que se acentua no caso das estudantes mães; etc.

Isso não significa diminuir o mérito ou a importância das bolsas de permanência com foco na subsistência, elas garantem que os estudantes alcancem o mínimo necessário para manterem seus estudos. Mas é fundamental pensar o que mais pode ser feito para incentivar a permanência e a diplomação na graduação, uma vez que mecanismos estruturais como racismo e LGBTQIA+fobia podem levar à uma expulsão simbólica da universidade.

A revalorização das identidades, reconhecimento e valorização da diversidade, mudanças na ordem simbólica e desconstrução das diferenciações de status implicam em profundas mudanças institucionais que levam à problematização da universidade em todas as suas atividades-fins. Não à toa, é comum que um conjunto significativo de motivações para a evasão recaiam em ditos “problemas pedagógicos”, que para além de dificuldades de acompanhar conteúdos de disciplinas, possivelmente dizem respeito à relação professor-aluno como momento de encontro/conflito cultural, em que essas violências se expressam de maneira sistemática. (MENDES, 2020, p. 10-11)

Os estudantes são colocados em uma posição de infantilidade e subordinação diante da instituição, em função do seu tempo reduzido de inserção, diferenças geracionais com professores e outros funcionários, além do fato do aumento no número de pessoas negras e indígenas no corpo discente não ter sido observado no corpo docente. Esses fatores limitam as possibilidades de intervenção junto à administração universitária.

Muitas vezes as transformações institucionais se dão após episódios abruptos por parte dos estudantes, como invasões às reitorias ou manifestações, uma vez que eles não têm suas vozes ouvidas. As demandas vão desde o aumento nas vagas dos programas de assistência estudantil e a insatisfação com o aumento de preços das refeições oferecidas no Restaurante Universitário (RU), por exemplo, à crítica a posturas institucionais de negligência diante de episódios misóginos ou racistas.

Ainda é observada a idealização de um “estudante-padrão”, que se encaixaria nos moldes do estudante comum antes das políticas de expansão de vagas e afirmativas, com padrões de comportamento e referências culturais da elite nacional. Isso cria uma hierarquização dentro do corpo discente, que acompanhada de estereótipos racistas, misóginos e LGBTQIA+fóbicos cria um grande sofrimento psíquico nos universitários, o que em casos mais extremos, pode levar ao suicídio.

Oferecer programas de assistência estudantil para suprir as necessidades materiais para aumentar as chances de diplomação dos estudantes é de grande importância. Porém, mais que condições financeiras para manterem-se no ensino superior, são necessárias mudanças na cultura universitária para garantir a permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. O meio universitário tem uma história elitista no Brasil e ainda hoje ficaram marcas deste passado. A educação superior ainda mantém e impõem os referenciais culturais da elite nacional. Os alunos vindos das classes populares acabam se sentindo inadequados para o ensino superior, além de ter rendimentos inferiores se comparados a outros colegas de turma. Esses estudantes acabam

sendo excluídos simbolicamente daquele espaço, que não se adapta aos novos sujeitos e às demandas que eles trazem.

De acordo com Mattos e Fernandes (2022), o ingresso no ensino superior insere os estudantes em um espaço simbólico que classifica condutas, linguagens, regras e outros elementos que estão em disputa. A universidade é parte de um sistema de ensino que tem condições para inculcar e reproduzir normas culturais que contribuem para as relações entre as classes ou grupos que originaram esse mesmo sistema de ensino. Ou seja, a universidade faz parte de um sistema que reforça dinâmicas sociais de dominação cultural. São esperados comportamentos e referências da elite nacional, para quem as IFES brasileiras foram originalmente fundadas, em detrimento das referências dos novos membros da comunidade universitária.

Em sua pesquisa realizada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com base na resposta a questionários por parte dos estudantes de graduação e entrevistas, Mattos e Fernandes (2022) constataram que os auxílios financeiros de assistência estudantil são de grande importância para a permanência na instituição, mas que não suprem todas as necessidades dos graduandos. O baixo desempenho acadêmico pode virar uma fonte de desmotivação para permanecer no ensino superior. Essa dificuldade acadêmica pode ser fruto da entrada em um ambiente com costumes e dinâmicas desconhecidos para estudantes vindos da rede pública de ensino médio, por exemplo. “ Acreditamos que esse efeito simbólico causado pela dimensão acadêmica se refere à naturalização do arbitrário cultural, que legitima determinados conteúdos e cultura como a melhor, a correta e que deve ser aprendida.” (MATTOS; FERNANDES, 2022, p. 7)

Essa escolha de um padrão acadêmico considerado mais adequado para o ensino superior não é neutra, mas um reflexo da luta de classes. O sistema educacional acaba servindo para naturalizar a dinâmica entre as classes sociais, com a cultura da classe dominante sendo entendida como superior à das classes dominadas. Os dominados são levados a legitimar essa superioridade e isso gera um sentimento de inadequação que dificulta o usufruto de todas as possibilidades que as IFES oferecem.

Outro fator apontado pelas autoras é que o modo como o conhecimento é transmitido é de grande importância para o processo de aprendizado. Usando de uma falsa neutralidade, o sistema educacional transforma em dons individuais a capacidade de acompanhar o ritmo de estudo

universitário e obter boas notas nas matérias, quando essas habilidades são resultado de um processo de aprendizado prévio.

A violência simbólica na responsabilização do estudante está na imposição de que ele deve ser apto o suficiente para compreender o que é transmitido, sendo que essa exigência é realizada por meio do paradoxo da instituição escolar. O paradoxo está na desvalorização das ações pedagógicas utilizadas para ensinar a cultura acadêmica, ações estas consideradas como “primárias” ou “escolares” demais para a universidade. Ou seja, como os valores e proezas intelectuais são reconhecidos como inatos, puros e corretos, a desenvoltura com a cultura livre frente ao conteúdo escolar se inclina a demonstrar dons e capacidades dos estudantes das classes privilegiadas, enquanto os estudantes oriundos de camadas populares (por sofrerem um lento processo de aculturação) atingem a cultura livre por meio de metódicos esforços. Nesse sentido, Bourdieu (1998) acrescenta que o desprezo pelo que é explícito e metodicamente escolar visa transmitir que as proezas intelectuais são dons e capacidades do aluno, o que justifica a sua aprovação. (MATTOS; FERNANDES, 2022, p. 9)

A falta de apoio por parte dos professores também foi citada como parte do problema. Os entrevistados da pesquisa relatam que os docentes se sentem responsáveis apenas pela transmissão do conhecimento, sendo dever do estudante apreender o que é passado, reforçando a lógica meritocrática institucional. Isso não significa que os professores mantêm essa postura propositalmente. Como profissionais formados na própria educação superior, eles acabam por naturalizar o modo tradicional de ensino.

O ensino na graduação tem sido baseado em tentativas e erros nas soluções dos conflito de forma individualizada, sem uma reflexão aprofundada para a ressignificação ou qualificação dessas práticas. Essa problemática requer propostas formativas das instituições de educação superior para fundamentar e alterar as dimensões de ensino e de aprendizagem. A ausência da formação pedagógica sinaliza a complexidade da atuação docente, pois a experiência enquanto aluno de graduação se torna a base da docência para muitos professores universitários. (MATTOS; FERNANDES, 2022, p. 14)

Mattos e Fernandes (2022) acreditam que uma prática docente qualificada e que atenda às necessidades discentes pode diminuir o mal-estar da exclusão simbólica e favorecer a permanência dos novos estudantes. Este é um campo onde o Serviço Social pode se inserir, atuando na mediação entre corpo docente e discente. Os assistentes sociais podem facilitar o diálogo entre os grupos, oportunizando acordos que venham a modificar as relações no meio universitário.

São necessárias mudanças que permitam maior participação e identificação dos estudantes junto à instituição. Assim os anseios dos estudantes seriam ouvidos de forma imediata, além de possibilitar que mudanças institucionais aconteçam de forma mais rápida e legítima. As hierarquias internas das instituições universitárias devem ser repensadas, para que seja criado um meio universitário capaz de acolher os diferentes indivíduos que nele ingressam.

CAPÍTULO 3 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNB E SERVIÇO SOCIAL NA DDS

Neste capítulo será apresentada a experiência de estágio na Diretoria de Desenvolvimento Social da Universidade de Brasília (DDS/UnB). Serão apresentados os programas de assistência estudantil com os quais a unidade trabalhava na época do estágio. A análise se dará a partir dos diários de campo da estudante, onde foram registrados impressões, entraves e discussões. Também será apresentado o trabalho do Serviço Social na DDS.

3.1 Experiência de Estágio na DDS

O período de estágio se dividiu em dois semestres letivos, nas matérias Estágio em Serviço Social 1 e 2. O primeiro semestre de estágio se estendeu de 08 de março a 02 de julho de 2021, no segundo semestre letivo de 2020. O segundo se desenvolveu de 19 de julho a 05 de novembro de 2021, no primeiro semestre de 2021. Em função da pandemia causada pelo novo Coronavírus, as atividades se deram de forma remota. As atividades incluíram o acompanhamento de reuniões de equipe, entrevistas com estudantes inscritos nos programas de assistência estudantil e análises de documentos sob a orientação da supervisora de campo Camila Alvarenga do Rego Barros. Durante esse período o Núcleo de Apoio Sócio-Psicopedagógico (NASPP) realizou suas atividades de análise de casos de rompimento de vínculos e atendendo demandas da Casa do Estudante Universitário (CEU).

As reuniões de equipe da DDS eram realizadas semanalmente para debater as demandas da unidade, tirar dúvidas quanto aos procedimentos administrativos e entrar em consenso sobre o posicionamento da DDS diante dos encaminhamentos do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC). Durante o período de estágio, ficaram claras as dificuldades técnicas da equipe. A UnB tinha recentemente adotado o Sistema SIGAA para seus processos técnicos e isso estava trazendo inconvenientes para o trabalho das assistentes sociais. Os estudantes não sabiam onde e como anexar documentos, o sistema fazia cálculos para os estudos diferentes dos da equipe, dentre outras dificuldades. O Sistema SIGAA foi criado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para atender as necessidades da mesma. A UnB não foi a única instituição que teve dificuldades com o sistema, eram feitas reuniões virtuais com representantes de outras instituições federais e da UnB para debater com os funcionários da UFRN mudanças e adaptações que seriam necessárias no sistema para atender as necessidades de cada instituição.

Um problema que surgiu durante o estágio foi a demora nos pagamentos dos auxílios. Os editais demoram para serem finalizados, uma vez que os estudantes tiveram dificuldade para anexar os documentos pedidos. Outro ponto importante é o Estudo Socioeconômico em si. Ele é feito de forma detalhada, levando em consideração outros fatores além da renda. Isso significa que os estudantes devem apresentar vários comprovantes e documentos e a análise dessa documentação leva um tempo maior. E quando são necessárias correções ou faltam documentos, o processo se prolonga ainda mais. Como os recursos disponíveis para os programas são limitados, apenas os estudantes em maior vulnerabilidade são selecionados, com exceção do Programa Bolsa Alimentação. Essa situação leva a um problema, os programas de assistência estudantil se tornam focalizados. Como o calendário dos editais é estendido, a universidade demora para fazer os pagamentos. Pode acontecer dos pagamentos dos auxílios referentes a um semestre só se iniciarem no semestre seguinte. Os estudantes se inscrevem por estarem em vulnerabilidade e essa demora pode levar à intensificação dessa situação e existe o risco dos alunos deixarem a universidade nesse meio tempo. Foi observada a mesma questão com os pedidos de Auxílio Emergencial. Depois que a DDS analisa o pedido e defere o caso, a universidade tem até vinte dias para fazer o pagamento, logo ele perde seu caráter de urgência.

Existe a demanda tanto dos usuários quanto do DAC para que os estudos sejam mais rápidos, para que os auxílios sejam pagos da forma mais rápida possível. Isso deixa a equipe da DDS em uma situação complicada uma vez que para isso ser possível o Estudo Socioeconômico deveria ser simplificado. Um estudo mais simples, que leva apenas em consideração a renda do núcleo familiar seria realizado com maior facilidade, o que permitiria que a lista de selecionados para os programas fosse divulgada em menor tempo. No entanto, isso não permitiria que outras vulnerabilidades fossem identificadas, uma vez que renda seria o único fator de seleção. É dever das assistentes sociais da DDS identificar os estudantes que têm a maior probabilidade de se desligarem da universidade por não terem condições de permanecer em seus cursos. Isso vai além da vulnerabilidade financeira, abrangendo identidade, sexualidade, raça, estado de origem, etc., e não é possível identificar as nuances dos casos apenas analisando renda.

3.2 Serviço Social na DDS

A DDS é dividida em três coordenações. A Coordenação Administrativa (CoAd) exerce funções de administração, elabora documentos técnicos e faz a gestão dos recursos humanos e

materiais da diretoria. A Coordenação Geral de Moradia Estudantil (COGEM) é responsável pela administração da Casa do Estudante Universitário (CEU), visando o bom uso das instalações, prezando pelas normas de convivência e acompanhando o desenvolvimento acadêmico e social dos moradores da casa. A Coordenação de Assistência Estudantil (COAE) atua na elaboração, execução e avaliação dos programas de assistência estudantil, utilizando recursos da PNAES e próprios da universidade. A COAE atende os estudantes em suas demandas levando em consideração as limitações impostas pela legislação e os limites orçamentários.

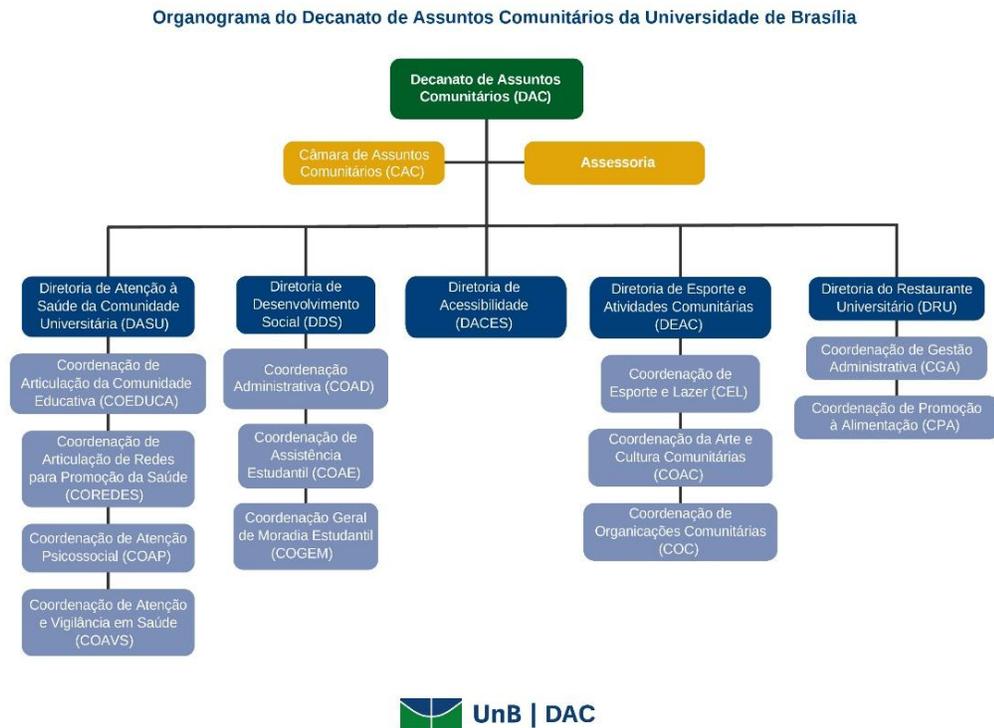


Figura 1 – Organograma do Decanato de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília

Fonte: DAC/UnB

Durante o período de estágio a equipe da COAE contava com quatorze assistentes sociais. Essas profissionais tinham liberdade para questionar demandas que não fazem parte das competências do Serviço Social. As assistentes sociais eram responsáveis pela análise dos pedidos de inserção nos programas de assistência estudantil, analisando documentos enviados pelos estudantes, realizando entrevistas para tirar dúvidas e orientar sobre serviços internos e externos à universidade que seriam de interesse do inscrito, além de tirar dúvidas quanto à

assistência estudantil. Também eram feitas intervenções em caso de violência e violação de direitos. Como o estágio se deu em meio à pandemia, as visitas domiciliares foram suspensas.

Esse processo de trabalho culmina na construção do Estudo Socioeconômico. Esses estudos são pontuados, quanto maior a pontuação, em maior vulnerabilidade o estudante se encontra. Problemas comprovados de saúde física e mental no núcleo familiar de origem, questões envolvendo sexualidade e identidade de gênero, renda familiar de origem informal, existência de dependentes menores de 18 anos, entre outros fatores, aumentam a pontuação dos estudos. Como os recursos disponíveis são limitados, apenas os estudantes mais vulneráveis são incluídos nos programas, levando à existência de uma demanda reprimida. O serviço acaba se tornando focalizado.

Dentre as competências do Serviço Social definidas pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº8.662/1993) está a realização de estudos socioeconômicos para a entrada dos usuários em programas oferecidos por instituições públicas e privadas. Mas não se trata de uma atribuição privativa, logo isso abre espaço para que outras profissões possam fazer esses estudos. Os estudos socioeconômicos têm por objetivo conhecer em profundidade a realidade dos usuários das políticas e programas, além de servirem como base para o planejamento de novas políticas e programas uma vez que podem ser obtidas informações importantes sobre as demandas, padrões e cultura de uma região ou comunidade. Na DDS os estudos socioeconômicos são realizados exclusivamente pelas assistentes sociais. Elas também têm liberdade para analisar os estudos como acharem mais adequado, mas seguindo critérios objetivos de seleção.

O trabalho envolvido na construção de um estudo socioeconômico exige a capacidade de avaliar os dados e situações de forma crítica, indo além do fenômeno aparente e reconhecendo os fatores culturais e socioeconômicos que estão influenciando nas condições de vida dos usuários.

Numa perspectiva de intenso volume de trabalho, demasiadas atividades burocráticas e recursos insuficientes, o estudo socioeconômico é reduzido de um trabalho complexo para um trabalho simples, se limitando, muitas vezes, à análise documental e ao cálculo de renda familiar (em detrimento de outros importantes aspectos), transformando o trabalho profissional do/a Assistente Social em uma intervenção simplificada, que pode inclusive ser realizada por outros profissionais e, consecutivamente, levar à perda do seu caráter privativo. (GOIN; MIRANDA, 2022, p. 417)

Na DDS, em função do tempo limitado para a execução dos editais e do grande número de inscrições, a maior parte dos estudos socioeconômicos é finalizada apenas com os documentos anexados e com o formulário preenchido pelos estudantes. Entrevistas e visitas domiciliares são

marcadas apenas quando surgem dúvidas ou quando os estudantes informam eventos que motivem uma abordagem mais cuidadosa.

De acordo com Goin e Miranda (2022), emergem desta conjuntura contradições sobre o estudo socioeconômico. Este processo de trabalho tão importante para o Serviço Social acaba sendo reduzido à um processo burocrático simplificado que não identifica as nuances da questão social que afetam os usuários. Isso abre espaço para que outras profissões exerçam essa função. Outra contradição é o fato dos recursos serem tão limitados que mesmo se forem identificadas demandas específicas nos estudos, não haverá a certeza do atendimento das mesmas. As autoras também comentam como o foco das análises passa do indivíduo para seu núcleo familiar e sua capacidade de atender e manter seus membros, o que responsabiliza o mesmo na falta de condições para cumprir esses papéis. O grande número de documentos cobrados nos processos de seleção também representa um entrave tanto para os usuários tanto para os assistentes sociais. Os usuários devem apresentar documentos de todos os seus familiares para comprovar suas necessidades enquanto os profissionais devem analisar esses mesmos documentos de forma rápida para cumprir com os editais. Os usuários que não conseguem recolher todos os documentos acabam sendo prejudicados enquanto os assistentes sociais podem ficar presos ao que a instituição exige em termos de eficiência, tendo menos possibilidades de construir uma prática profissional diferenciada baseada na análise crítica.

O Núcleo de Apoio Sócio-Psicopedagógico (NASPP) foi uma ação mais abrangente criada em 2021 para atender as demandas dos estudantes atendidos pela assistência estudantil com maior atenção aos moradores da CEU. O núcleo é formado por servidores da COAE e da COGEM, eles pensam em maneiras de melhorar a convivência e a qualidade de vida dos moradores da CEU, analisam casos de estudantes com possíveis rompimentos de vínculos, etc. Durante o período de inscrições nos programas da DDS, se um estudante que teria perfil para ser considerado dependente (menos de 24 anos) não inclui seus familiares no Cadastro Único do Sistema SIGAA ou afirma que foi expulso de casa, o caso é levado ao NASPP. O rompimento se define pela expulsão do ambiente familiar ou pela violação sistemática de direitos dentro do lar, o que impede a permanência do estudante. O maior número de casos é de estudantes que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ e que são perseguidos e agredidos por familiares que não respeitam e não aceitam suas sexualidades/identidades. Se for confirmado o rompimento de vínculos, o estudo é finalizado apenas com os dados do estudante.

Com o final do período de inscrições dos programas, a atenção do núcleo se volta para a CEU. Junto a representantes dos moradores são pensadas soluções para os problemas que se apresentam na convivência dentro da CEU. Questões como intolerância religiosa, LGBTQIA+fobia, uso adequado do espaço físico, saúde mental, comunicação não-violenta, etc. são discutidas e atividades são pensadas para promover a qualidade de vida dentro da CEU.

3.3 Programas de Assistência Estudantil

Todos os semestres são abertos editais para o acesso aos programas de assistência estudantil da universidade. O Auxílio Socioeconômico é um auxílio econômico no valor de R\$465,00, na época do estágio, pago mensalmente para estudantes da graduação. Se trata do auxílio mais pedido pelos alunos pois não possui um objetivo específico além de diminuir a vulnerabilidade financeira dos mesmos, podendo ser utilizado com maior liberdade.

O Auxílio Moradia tem o objetivo de aproximar os estudantes da universidade, sendo oferecido nas modalidades Pecúnia e Vaga na Casa do Estudante. Ele é oferecido para estudantes de graduação de outros estados. Na modalidade Pecúnia é pago o valor de R\$530,00 mensalmente para custear gastos com moradia. Na modalidade Vaga, é oferecida uma vaga dos apartamentos da CEU, de acordo com a disponibilidade. Esse programa tem editais para graduação e pós-graduação. O Programa Bolsa Alimentação oferece refeições gratuitas nos Restaurantes Universitários (RUs) dos campi da UnB tanto para estudantes de graduação quanto para estudantes de pós-graduação. Todos os inscritos com estudos socioeconômicos validados são inseridos no programa. Durante a suspensão das aulas presenciais o programa foi alterado. Foi feito o pagamento de um auxílio financeiro emergencial, no valor de R\$465,00, para compensar o fechamento dos RUs.

O Auxílio Creche consiste no pagamento de auxílio financeiro para estudantes que possuam dependentes menores de cinco anos que não se encontram matriculados na rede pública de ensino, no valor de R\$485,00. Já o Auxílio Inclusão Digital foi criado para fornecer inclusão digital aos estudantes de graduação de baixa renda. Esse auxílio é realizado nas modalidades doação, empréstimo e auxílio econômico complementar para a compra de aparelho eletrônico. O Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), também oferece o Auxílio Emergencial, que consiste em uma parcela no valor de R\$465,00 para impedir que os estudantes deixem seus cursos em função de situações de vulnerabilidade momentânea e emergencial. O pedido do

Auxílio Emergencial pode ser feito até três vezes durante o semestre. Após o recebimento do primeiro pagamento, o estudante deve realizar um Estudo Socioeconômico com a DDS.

O Programa Auxílio Transporte consiste no pagamento no valor de R\$300,00 mensais para estudantes da assistência estudantil que moram no entorno do Distrito Federal mas que não têm interesse em se mudarem para perto da universidade. O Programa Bolsa Permanência do MEC é uma iniciativa do Governo Federal que garante auxílio financeiro à estudantes de graduação em vulnerabilidade socioeconômica pertencentes a etnias indígenas e comunidades quilombolas. Ele tem a finalidade de diminuir desigualdades entre os estudantes e permitir a permanência e diplomação dos mesmos. É pago o valor mensal de R\$900,00 diretamente ao estudante. A DDS é responsável pela avaliação socioeconômica dos interessados que são alunos da UnB, homologa a lista de inscritos junto ao MEC e faz o acompanhamento pedagógico dos participantes do programa.

A Parceria Vale-Livro é a disponibilidade pela Editora UnB de cinco vales semestrais aos estudantes da assistência estudantil que dão direito a 60% de desconto na compra de livros da editora. O estudante interessado deve procurar a DDS para pedir a declaração de participação nos programas para ter acesso ao benefício. É observada a baixa procura pelo mesmo. A Parceria com o UnB Idiomas existe desde 2010 e reserva uma vaga por turma para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, isenta de mensalidade. A diretoria disponibiliza a lista de estudantes que recebem os benefícios para a UnB Idiomas e a seleção dos estudantes fica por conta da própria.

Quadro 1 – Síntese dos Programas ofertados pela DDS

Nome	Público Atendido	Descrição do Benefício	Tempo de Duração
Auxílio Socioeconômico	Estudantes de Graduação	Auxílio mensal de R\$465,00 (atualmente R\$500,00)	Até a conclusão do curso de Graduação
Auxílio Moradia CEU	Estudantes de Graduação (CEU) e Pós-Graduação (CEU-Pós) de outros estados	Vaga em apartamento dos alojamentos no campus Darcy Ribeiro	Até a conclusão do curso de Graduação e Pós-Graduação
Auxílio Moradia Pecúnia	Estudantes de Graduação de outros estados	Pagamento mensal no valor de R\$530,00 para custear gastos com moradia que aproximem	Até a conclusão do curso de Graduação

			o graduando do campus	
Programa Bolsa Alimentação	Estudantes de Graduação e Pós-Graduação	Estudantes de Graduação e Pós-Graduação	Gratuidade nas refeições oferecidas nos RUs	Até a conclusão do curso de Graduação e Pós-Graduação
Auxílio Creche	Estudantes de Graduação	Estudantes de Graduação	Auxílio mensal de R\$485,00 para estudantes com dependentes menores de 5 anos não matriculados na rede pública de ensino	Até o dependente completar 5 anos ou ser matriculado na rede pública de ensino
Auxílio Emergencial	Estudantes de Graduação	Estudantes de Graduação	Auxílio de R\$465,00, para evitar que situações inesperadas e momentâneas de vulnerabilidade impeçam a diplomação	Pagamento Único, pode ser pedido até 3 vezes no mesmo semestre
Programa Auxílio Transporte	Estudantes de Graduação	Estudantes de Graduação	Auxílio de R\$300,00 para moradores do entorno do Distrito Federal que não desejam deixar suas residências de origem, para custear o transporte	Até a conclusão do curso de Graduação
Programa Bolsa Permanência MEC	Estudantes de Graduação Indígenas e Quilombolas	Estudantes de Graduação Indígenas e Quilombolas	Auxílio financeiro no valor de R\$900,00 pago pelo MEC	Até a conclusão do curso de Graduação
Parceria Vale-Livro	Estudantes de Graduação e Pós-Graduação	Estudantes de Graduação e Pós-Graduação	Oferece descontos de 60% na compra de livros publicados pela Editora UnB	5 Vales de desconto por semestre até a conclusão do curso de Graduação e Pós-Graduação
Parceria com o UnB Idiomas	Estudantes de Graduação e Pós-Graduação	Estudantes de Graduação e Pós-Graduação	Oferta de vagas gratuitas nos cursos de línguas estrangeiras	Até a conclusão do curso de Graduação e Pós-Graduação

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de DDS (2022)

Com a suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia de COVID-19, foi criado o Auxílio Transporte Emergencial. Foi feito um levantamento entre os beneficiados pelo Programa Moradia Estudantil se eles estariam interessados em retornar aos seus estados de origem para ficar com seus familiares durante a pandemia. Foram oferecidas passagens de ida e volta, com a

condição de não ser possível usufruir do Programa Auxílio Alimentação Emergencial, 34 estudantes participaram.

Em 2021 foram destinadas verbas parlamentares para a assistência estudantil da UnB, vindas da bancada federal no Congresso Nacional depois de articulação com a administração da universidade. Com esses recursos a DDS criou programas para reforçar os serviços já existentes e para atender outras demandas apresentadas pelos estudantes (DDS, 2022, p. 25).

O primeiro foi o Auxílio Emergencial de Apoio à Inclusão Digital que beneficiou com R\$2000,00 mais de 1500 estudantes para que fosse feita a compra de equipamentos eletrônicos para o acesso à internet. Após o pagamento foi feita a prestação de contas quanto ao uso do dinheiro. O segundo foi o Auxílio Emergencial de Apoio Socioeconômico. Esse auxílio foi criado em função da grande demanda reprimida nos editais regulares (DDS, 2022, p.26). Esse auxílio foi direcionado aos estudantes que não participavam do Auxílio Socioeconômico regular e do Programa Bolsa Permanência do MEC. Foram pagas seis parcelas no mesmo valor do Auxílio Socioeconômico regular, 1544 estudantes foram contemplados.

O Auxílio Emergencial de Apoio à Saúde Mental foi criado para amparar os graduandos em vulnerabilidade socioeconômica com sofrimento mental devido ao isolamento social e também foi custeado com os recursos das verbas parlamentares. Os interessados deviam apresentar laudos médicos ou psicológicos que comprovassem a necessidade de tratamento de saúde mental. O edital ofereceu 200 vagas para seis parcelas mensais de R\$200,00, com prestação de contas posterior. Devido ao resultado positivo, o auxílio foi repetido em 2022 (DDS, 2022, p.26-27).

Quadro 2 – Síntese dos Programas Emergenciais ofertados pela DDS durante as aulas remotas

Nome	Público Atendido	Descrição do Benefício	Tempo de Duração
Programa Bolsa Alimentação Emergencial	Estudantes de Graduação e Pós-Graduação	Auxílio financeiro mensal de R\$465,00 para compensar o fechamento dos RUs	Período de aulas remotas
Auxílio Emergencial Transporte	34 Estudantes	Auxílio financeiro de ida e volta oferecido aos beneficiados do Auxílio Moradia, para voltarem aos seus estados de origem durante a	

		suspensão das aulas presenciais	
Auxílio Emergencial de Apoio à Inclusão Digital	1500 Estudantes	Cada estudante recebeu R\$2000,00 para compra de equipamento eletrônico	Pagamento Único
Auxílio Emergencial de Apoio Socioeconômico	1544 Estudantes, que não recebiam o Auxílio Socioeconômico regular e a Bolsa Permanência do MEC	Auxílio financeiro mensal oferecido de forma temporária, no mesmo valor do auxílio regular	6 Meses
Auxílio Emergencial de Apoio à Saúde Mental	200 Estudantes	Auxílio financeiro no valor de R\$200,00 mensais para custear tratamentos de saúde mental	6 Meses

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de DDS (2022)

As inscrições nos editais são feitas por meio do Sistema SIGAA, que também é usado para as matrículas em matérias, atividades de extensão e estágio. Os interessados preenchem o Cadastro Único no sistema onde eles devem descrever seu núcleo familiar, renda, questões de saúde e identidade e anexar os documentos probatórios. Comprovantes de residência e renda, contratos de aluguel, atestados médicos estão entre esses documentos. Esses documentos são analisados pelas assistentes sociais da DDS, que podem marcar entrevistas e visitas para entender melhor a realidade dos estudantes, tirar dúvidas e fazer encaminhamentos a outros serviços quando necessário.

A equipe leva em consideração questões como problemas de saúde, natureza da renda familiar, condições de moradia, identidade de gênero e sexualidade, raça e etnia, etc. na análise dos estudos. O texto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), decreto nº 7.234/2010, prioriza estudantes vindos da rede pública de ensino e que possuam renda per capita de até um e meio salários mínimos. Como os recursos disponíveis são limitados, a renda descrita no PNAES é utilizada como parâmetro de seleção para os programas. Os comprovantes de renda para todos os membros do núcleo familiar são usados também para corrigir as informações prestadas pelos estudantes no Cadastro Único. A DDS usa um sistema próprio da UnB para pontuar outras fontes de vulnerabilidade e para fazer a classificação dos estudos.

Tabela 5 – Estudantes atendidos pelos Programas regulares de Assistência Estudantil de 2011 a 2021

Ano	Bolsa Alimentação (Grad. e Pós)		Auxílio Socioeconômico Graduação		Moradia Estudantil da Graduação		Transporte Graduação		Moradia Estudantil da Pós-Graduação		Auxílio Creche (Graduação)		Auxílio Emergencial (Bolsas pagas – Graduação)		Vale-livro (Estudantes solicitantes – Grad. e Pós)	
	Total	Variação %	Total	Variação %	Total	Variação %	Total	Variação %	Total	Variação %	Total	Variação %	Total	Variação %	Total	Variação %
2011	1.972	-	1.006	-	482	-	0	-	117	-	0	-	150	-	85	-
2012	2.604	32%	1.206	20%	467	-3%	0	-	107	-9%	0	-	294	96%	91	7%
2013	3.216	24%	1.480	23%	717	54%	0	-	116	8%	0	-	400	36%	81	-11%
2014	4.182	30%	1.938	31%	1.126	57%	0	-	112	-3%	0	-	384	-4%	74	-9%
2015	4.816	15%	2.432	25%	1.197	6%	0	-	106	-5%	0	-	333	-13%	73	-1%
2016	5.391	12%	2.964	22%	1.598	34%	0	-	117	10%	0	-	281	-16%	81	11%
2017	6.768	26%	3.359	13%	1.841	15%	50	-	111	-5%	10	-	325	16%	57	-30%
2018	7.294	8%	3.295	-2%	1.449	-21%	177	254%	105	-5	20	100%	280	-14%	23	-60%
2019	7.057	-3%	3.176	-4%	1.572	8%	198	12%	109	4%	37	85%	174	-38%	65	182%
2020	*	*	2.457	-23%	1.433	-9%	175	-12%	75	-31%	29	-22%	206	18%	20	-69%
2021	*	*	2.891	18%	1.472	3%	3	-98%	68	-9%	21	-28%	107	-48%	7	-65%

Fonte: DDS, 2022, p.28.

Os dados da tabela acima mostram que houve redução no número de inscritos na assistência estudantil durante os anos de pandemia, o que não traz surpresa considerando que a DDS focou na criação e execução dos programas emergenciais e reposição de vagas ociosas nos programas regulares. Não constam dados do Programa Bolsa Alimentação dos anos de 2020 e 2021 em função do fechamento dos RUs.

O serviço principal da DDS é a formulação, efetivação e avaliação dos programas de assistência estudantil. As assistentes sociais possuem pouca disponibilidade de tempo para o planejamento e execução de ações amplas com o objetivo de criar maior identificação dos usuários da assistência estudantil com a universidade, isso em função do grande número de estudos socioeconômicos a serem realizados semestralmente. O NASPP demonstra o compromisso dos profissionais envolvidos para com os estudantes, uma vez que ao focar sua atenção aos estudantes atendidos pela política, em especial aos moradores da CEU, o NASPP age na solução de problemas que podem levar à evasão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino superior no Brasil por muito tempo foi reservado para as classes mais altas e isso deixou uma marca cultural no mesmo. A expansão das Universidades Federais com o Reuni, o uso das notas do Enem para o ingresso e a Política de Cotas aprovada em 2012 abriu as portas das IFES para um número maior de pessoas das faixas de renda mais baixas. A assistência estudantil se torna imprescindível para garantir as condições materiais necessárias para que esses estudantes consigam terminar seus cursos de graduação. Como todas as políticas sociais, ela possui um caráter contraditório. Em função do orçamento limitado, são feitos processos seletivos para assegurar o direito à educação.

A renda per capita de até um e meio salários mínimos é um dos principais critérios de seleção, podendo ser acrescida de outros como, gênero, raça/etnia, sexualidade e problemas de saúde, por exemplo. Isso leva a focalização dos serviços ofertados, com apenas os estudantes mais fragilizados adentrando nos programas. O grande número de inscrições e tempo limitado para a execução dos editais pressiona tanto os estudantes, que têm uma grande quantidade de documentos para apresentar, quanto os assistentes sociais, que ficam impossibilitados de fazer estudos socioeconômicos profundos que poderiam identificar outras demandas dos estudantes.

A permanência universitária não se limita a oferta de condições financeiras e materiais, ela envolve a sentimento de pertencimento ao espaço que está sendo ocupado. Os novos graduandos trazem consigo referências culturais e simbólicas diferentes do perfil tradicional do que era o estudante padrão. Essa mudança traz embates e desconfortos que podem levar ao abandono da universidade. Uma das questões apontadas foi a dificuldade de diálogo entre alunos e professores. Outro impasse está no não reconhecimento de dinâmicas vexatórias e de discriminação contra grupos minoritários ou contra estudantes de baixa renda.

Este é um espaço onde o Serviço Social pode se inserir, agindo na construção de uma cultura universitária mais plural. Os profissionais podem atuar fazendo a mediação entre docentes e discentes, por exemplo. Os professores partem do pressuposto que os conhecimentos e métodos que eles cobram são básicos quando, na verdade, não o são. As habilidades necessárias para acompanhar as aulas são naturalizadas quando são resultado de um processo de aprendizado que é oferecido aos estudantes de escolas com melhor estrutura desde muito cedo. Alunos que

venham de outras instituições acabam tendo que se esforçar muito mais para se equiparar aos colegas. E isso causa desânimo e o sentimento de inadequação.

Outra possibilidade de atuação é planejando e executando programas de acompanhamento acadêmico e integração cultural nas universidades. Na DDS, o NASPP volta sua atenção para os moradores da CEU, identificando e atendendo demandas, além de fazer atividades e campanhas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e a convivência entre eles. São feitas reuniões com os estudantes para colher informações sobre melhorias físicas a serem feitas e questões de convivência a serem trabalhadas. São pensadas campanhas contra xenofobia e LGBTQIA+fobia por exemplo, além de maneiras de melhor acolher os novos moradores.

Pode-se concluir que a assistência estudantil da UnB tem se esforçado para criar um ambiente seguro onde os usuários da política se sentem incluídos no ensino superior. O número limitado de assistentes sociais e a alta demanda por estudos socioeconômicos atrapalha a expansão de mais ações e propostas dessa natureza. Com o crescente número de ingressantes por cotas e pelo Enem, esses projetos e iniciativas de mediação e inclusão se tornam cada vez mais importantes quando a permanência universitária é vista como mais que permanência material. Para identificar essas necessidades simbólicas, o assistente social deve usar de uma análise crítica com embasamento teórico e ético, reforçando o compromisso com os usuários dos serviços. Os profissionais podem usar dessas oportunidades para favorecer uma mudança na cultura universitária de modo a garantir e ampliar o direito à educação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/?p=88796>>. Acesso em: 27/11/2022.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm>. Acesso em: 10/11/2023.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 26/11/2023.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm>. Acesso em: 26/11/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. Estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 05/05/2021.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt>>. Acesso em: 08/11/2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 29/06/2022.

CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (org.) *Expansão e Avaliação da Educação Superior: Diferentes Cenários e Vozes*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016

DAC. Universidade de Brasília. Decanato de Assuntos Comunitários. Organograma do Decanato de Assuntos Comunitários. Disponível em: <<https://www.dac.unb.br/o-decanato/organograma>>. Acesso em: 02/11/2023.

DDS. Universidade de Brasília. Decanato de Assuntos Comunitários. Diretoria de Desenvolvimento Social. Relatório de Gestão da DDS – 2019, 2020 e 2021. Brasília, 2022. Disponível em: <<http://www.dds.dac.unb.br/index.php/relatorios>>. Acesso em: 17/10/2023.

DDS. Universidade de Brasília. Decanato de Assuntos Comunitários. Diretoria de Desenvolvimento Social. Relatório de Gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS 2018. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://dds.dac.unb.br/index.php/relatorios>>. Acesso em: 17/03/2022.

DPO. Universidade de Brasília. Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional. Anuário Estatístico – 2022. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=872>. Acesso em: 16/11/2023.

GOIN, Marileia; MIRANDA, Adriana de Melo. *Atribuições privativas, estudo socioeconômico e serviço social: o trabalho profissional na assistência estudantil*. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 415-424, maio-ago. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/84460>>. Acesso em: 31/10/2023.

GOMES, Válter; MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes; SARAIVA, Ernani Viana. *O ensino superior no Brasil: breve histórico e caracterização*. Ciência & Trópico, Recife, v. 42, n. 1, p. 106-129, jan./jul., 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/index>>. Disponível em: 12/06/2022.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 04/05/2021.

IMPERATORI, Thaís Kristosch; ALENCAR, Lídia Costa de. *‘Por que você usa um caderninho?’* Reflexões sobre o diário de campo no cotidiano do Serviço Social. Serviço Social

em perspectiva, Montes Claros, v. 6, n. 1, p. 349-361, jan./jun. 2022. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/issue/view/320>>. Acesso em: 05/05/2022

MARAFON, Nelize Moscon; SANTOS, Claudia Priscila Chupel Dos. *A política de assistência estudantil na universidade pública brasileira: desafios para o serviço social. Textos & contextos*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, pp.408-422, ago./ dez. 2016. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/22232/15301>>. Acesso em: 27/04/2021.

MARTINS, Fernando de Melo; MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos; SILVA, Eder Gama Da. *História de Assistência Estudantil no Ensino Superior Brasileiro: programa nacional de assistência estudantil e o aumento das classes 'D' e 'E' nas universidades federais*. Revista Observatório, Palmas, v. 5, n. 6, p. 886-911, out./dez. 2019. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/7493/16352>>. Acesso em: 27/04/2021.

MATTOS, Hellen Cristina Xavier da Silva; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. *Desafios simbólicos da universidade: a perspectiva de estudantes sobre a permanência*. Educar em revista, Curitiba, v. 38, dez. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/dmDJKXcngXtVZFHYBVvLBmv/?lang=pt>>. Acesso em: 16/09/2023.

MEDEIROS, R. H. de A.; CASTANHO, S. E. M. *Trajetória do movimento estudantil e expectativas sociais dos estudantes brasileiros: 1960-1980*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 14, n. 55, p. 180–194, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640469>. Acesso em: 30/06/2022.

MENDES, Maíra Tavares. Políticas de Reconhecimento e de Redistribuição na Permanência Estudantil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/sTC9LnjQCp4cpG5XhBQyH7J/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11/06/2022.

PROBA, Alice. Um ano após aumento do preço da refeição no RU, o restaurante registra aumento de usuários da assistência estudantil e diminuição do público geral. *Campus Online*, 2019. Disponível em: <<https://campus.fac.unb.br/materias/2019-06-10-um-ano-apos-aumento-do-preco-da-refeicao-no-ru/>>. Acesso em: 13/04/2022.

SOUSA, José Vieira de (org.) *Educação superior no Distrito Federal: Consensos, conflitos e*

transformações na configuração de um campo. Brasília: Faculdade de Brasília / Universidade de Brasília, 2013

UNB. Universidade de Brasília. Invasões Históricas. Disponível em: <<https://www.unb.br/a-unb/historia/633-invasoes-historicas?menu=423>>. Acesso em: 28/10/2021.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Revista SOCERJ, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/rev_2007.asp>. Acesso em: 13/04/2022.